**A questão agrária em Alagoas e reprodução de distorções socioeconômicas**

**RESUMO:** Alagoas desponta no ranking dos estados mais concentradores do país, em termos de terra e renda. Essa estrutura socioeconômica ineficiente vem sendo reproduzida por mais de cinco séculos, com mudanças pouco efetivas nesse percurso. O objetivo do presente trabalho, de caráter exploratório, vai justo no sentido de estabelecer um resgate histórico da questão agrária em Alagoas. Além disso, objetiva confrontar a teoria com os dados econômicos recentes tendo em vista a confirmação da persistência de traços herdados do período colonial. Para tanto, o texto conta com uma revisão bibliográfica acerca da discussão proposta, bem como a coleta e análise de dados secundários que tiveram como fontes principais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, Instituto de Terra e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral), Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Alagoas (Seagri/AL) e Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social. Com o estudo, conclui-se que Alagoas segue com a mesma configuração econômica e social repleta dos traços que foram adquiridos praticamente desde o limiar de sua formação histórica, o que nos permite entender em parte as assimetrias e distorções diversas presentes no Estado.

**PALAVRAS CHAVE:**questão agrária, formação histórica, distorções socioeconômicas.

**The agrarianquestion in Alagoas andreproductionofsocioeconomicdistortions**

**ABSTRACT:** Alagoas emerges in the ranking of the most concentrated states in the country, in terms of land and income. This inefficient socioeconomic structure has been reproduced for more than five centuries, with ineffective changes in this trend. The objective of the present study, that has an exploratory nature, is to establish a historical rescue of the agrarian question in Alagoas. Also, it aims to confront the theory with recent economic data in order to confirm the persistence of traits inherited from the colonial period. To do so, the text has a bibliographical revision about the proposed discussion, as well as the collection and analysis of secondary data that had as main sources the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), National Institute of Colonization and Agrarian Reform (Incra, Land and Agrarian Reform Institute of Alagoas (Iteral), Secretariat of State for Agriculture of the State of Alagoas (Seagri / AL) and Secretary of State for Assistance and Social Development. The study conclues that Alagoas follows the same configuration economic and social history replete with the traits that have been acquired practically from the threshold of its historical formation, which allows us to understand in part the various asymmetries and distortions present in the State.

**KEY-WORD:** agrarianquestion, historicalformation, socioeconomicdistortions.

**INTRODUÇÃO**

 Os indicadores socioeconômicos de Alagoas refletem uma economia fragilizada. Um dos estados mais concentradores do Brasil, ínfimo dinamismo econômico, lenta mobilidade social e desigualdades diversas, tudo isso sinaliza um quadro bastante problemático.E o que mais preocupa é que não são características recentes. Na verdade, essas mazelas estão presentes no estado praticamente desde a sua formação e com poucas mudanças estruturais ao longo do tempo.

 Nessa perspectiva, seria bastante incompleta uma análise que pressuponha postergar o retrospecto histórico da formação de Alagoas, por mais introdutório que seja. A estrutura socioeconômica do estado alagoano não é algo que surge no vácuo ou desconecto de fatores exógenos, muito pelo contrário, a história de Alagoas está fortemente imbricada com a própria história da agromanufatura canavieirae sua introdução em nosso território.

 Como sabemos, a Europa no despontar do século XV, sentiu-se pressionada a ampliar-se para fora dos seu domínios territoriais. Tal situação político econômica, à época, foi a força motriz que impulsionou a mobilização dos líderes reais em prol da descoberta de um novo mundo.

É justamente nessa onda de caça às novas terras, conhecida como Período das grandes navegações, em que vai ocorrer a controversa descoberta do Brasil (1500). Lembrando que vai ser na região Nordeste em que precipuamente se inicia o processo de ocupação e exploração. Com o declínio da atividade extrativista do Pau Brasil, a Coroa Portuguesa viu-se obrigada a buscar formas outras de manter a colônia ativa e protegida de possíveis invasões.

Diante da constatação da necessidade de ocupar de maneira sistemática o Brasil, o Rei Dom João III dividiu o território brasileiro em quinze lotes, essas faixas de terra eram denominadas Capitanias Hereditárias. Os donatários, isto é, aqueles que recebiam os lotes, dispunham de direitos (poderiam repassar as terras para os seus descendentes, exercer autoridade administrativa e política, participação nos lucros, etc.) e deveres (proteger o território, desenvolver produtivamente o local, pagar tributos, entre outros).

Após a introdução da cana de açúcar no Brasil, por Martim Afonso de Sousa (1532), e apresentar êxito em termos de adaptação às condições edafoclimáticas, sobretudo, da zona litorânea do Nordeste, não demorou muito para que a produção canavieira se expandisse ao longo de todo esse território, tornando-se a mola propulsora da base produtiva colonial. É importante frisar ainda, que a cultura canavieira era efetuada mediante o sistema *plantation*, ou seja, grandes latifúndios, monocultura, produção voltada para exportação e utilização de trabalho escravo.

Nesse contexto, Alagoas ainda dependia de Pernambuco política e administrativamente, sem embargo, tal configuração mudaria, quando em 1817 a então Alagoas comarca foi elevada ao posto de capitania. “Assim, em 1817, Alagoas tornou-se independente de Pernambuco, entretanto, completamente dependente da atividade açucareira” (LIRA,2007, p. 15).

Lessa (2011) afirma que “Em poucos estados brasileiros o latifúndio implantou-se de maneira tão decisiva e determinou de modo tão radical quase todos os aspectos da sociedade”. Essa constatação deve-se justamente ao fato de o estado de Alagoas ter sido imerso na lógica do latifúndio, que traçou as bases fundamentais de uma estrutura que se reproduz mantendo essas características problemáticas.

Portanto, conforme a produção da cana de açúcar crescia extensivamente no âmbito das sesmarias, isto é, nos lotes de terra que eram concedidos aos donatários por parte de Coroa Portuguesa, mais se fortalecia essa estrutura concentradora. Isso porque os limites das áreas concedidas aos beneficiários eram mal definidos, com isso, nasce o sistema da grande propriedade que predomina em boa parte do território nacional.

Cabe destacar que a própria lógica produtiva imposta pelos colonizadores portugueses demandava esse tipo de estrutura. “Além disso, e sobretudo por isso, há um fator material que determina este tipo de propriedade fundiária. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações” (JUNIOR, p. 33, 2004).

 Lira (2007) argumenta que o engenho de açúcar em Alagoas, na condição de única atividade produtiva durante muito tempo, foi crucial para afirmação da dependência econômica do estado a esse setor, inclusive o surgimento de outras atividades foi determinado direta e indiretamente pelo engenho. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a pecuária, a pequena produção de alimentos e pequenos comércios.

 Dentro desse processo histórico, outros fatores contribuíram para construção de uma estrutura agrária problemática, com destaque para a Lei de Terras (1850), o desenvolvimento de instituições e programas que beneficiavam o setor sucroalcooleiro e a modernização agrícola brasileira a partir da década de 1980.

 O objetivo da criação da Lei de Terras era o de organizar a estrutura fundiária e a concentração das terras nas mãos de antigos proprietários e sua passagem pelas gerações como herança de família, além de tornar a obtenção de terras somente por meio da compra, venda e doações do Estado. Com o objetivo supracitado, o Estado tomou para si a tutela das chamadas terras devolutas e em seguida as negociava em leilões. Esse processo contribuiu sobremaneira para agravar o problema de má distribuição de terra, uma vez que apenas os grandes latifundiários dispunham de recursos para adquirir os lotes de terra.

 O processo de modernização agrícola nacional no período mencionado acima, também teve efeitos sobre a manutenção da complexa estrutura fundiária alagoana. O governo apostou em programas que buscavam ampliar e aumentar a produtividade do setor sucroalcooleiro, tivemos como exemplos oPlano Nacional de Melhoramento de Cana de Açúcar (PLANALSUCAR), em 1970; e oPrograma Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), em 1975.

 Graças a essa modernização agrícola, o setor produtivo da cana se manteve forte e transformou-se numa agroindústria exportadora. Em contrapartida, tal fenômeno significou mais problemas do ponto de vista social, como é colocado por Lira, “Isso gerou grande excedente de mão-de-obra no campo, que cresceu à medida que as usinas expropriavam os pequenos produtores e sitiantes, com suas culturas de subsistência. Não encontrando espaço no campo, passaram a migrar para o meio urbano, particularmente para Maceió” (2007, p. 24).

Ainda conforme destaca Lessa (2011)

Em Alagoas, desde a época colonial, os pequenos produtores sofrem as duras consequências de estarem em uma formação social politicamente dominada pelo latifúndio. Apesar de sua situação subordinada e débil, a pequena lavoura seguiu sobrevivendo ao lado da grande propriedade (em grande medida "dentro" do próprio latifúndio, no caso dos "moradores") e a proporção entre as áreas ocupadas pelos dois tipos de empreendimento foi diferente em cada conjuntura histórica e em cada região do Estado.

 Tudo isso evidencia de maneira inicial que Alagoas carrega desde o seu limiar as marcas decorrentes da lógica produtiva centrada no latifúndio. Essa conexão entre passado e presente, fica mais evidente conforme confrontamos os dados socioeconômicos mais recentes do estado.

**PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

A metodologia utilizada constitui-se de uma pesquisa de caráter exploratório buscando entender a questão agrária em Alagoas e seus impactos sobre as esferas econômica e social, tendo em vista a importância dessa discussão no contexto atual. A elaboração do trabalho teve como base uma revisão na literatura sobre o tema abordado, além disso, foram feitas coleta e análise de dados secundários que tiveram como fontes principais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, Instituto de Terra e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral), Secretaria de Estado da Agricultura do Estado de Alagoas (Seagri/AL) e Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os fatores resultantes desse processo histórico acabaram promovendo anomalias socioeconômicas extremamente prejudiciais para o estado. Como vimos, os problemas sociais, assim como outros, têm relação lógica e inevitável com a estrutura fundiária concentradora, uma desigualdade que se mostra no momento em que uma pequena parte da população se beneficia ampliando sua opulência, enquanto que a maior parte da sociedade vive em condições de vida e trabalho bastante precárias.

Para se verificar como a concentração fundiáriase manifesta em Alagoas, é de crucial importância analisar o Índice de Gini. Este, quanto mais próximo do valor 1, significa que maior é a concentração. Os dados do Censo Agropecuário mostram que Alagoas em 1985 possuía o valor de 0,858 para o seu índice, refletindo desde já uma elevada concentração de terras, em 1995 o índice sobe para 0,863, já em 2006 Alagoas apresentou o pior Índice deGini dos estados brasileiros, sendo este de 0,871. A referida concentração no estado alagoano se elevou expressivamente no decorrer do tempo, como é visto ao acompanharmos a evolução deste indicador. Ainda conforme o Censo Agropecuário (2006), cerca de 90% dos agricultores – agricultura familiar – detinham apenas 36% das terras agrícolas ocupadas, em paralelo a isso, cerca de 10% possuem 64% das terras agrícolas ocupadas.

A distorção distributiva das terras em Alagoas também se manifesta de maneira qualitativa, ou seja, além de uma pequena parcela da sociedade possuir as maiores quantidades de terra, o mesmo grupo detém as áreas mais produtivas. Gomes (2014) mostra que 82% dos estabelecimentos agropecuários que representam a agricultura de pequeno porte no Estado ocupam somente 11% das terras disponíveis para a produção, enquanto a agricultura latifundiária representa 22% dos estabelecimentos e utiliza de 89% das terras.

Não obstante, Souza (2001) ressalta que grande parte das pequenas propriedades não contam com assistência técnica e recursos financeiros no sentido de aumentar produtividade e da capacidade de comercialização, por sua vez, as grandes propriedades são amplamente beneficiadas tanto em termos de áreas mais produtivas quanto em termos de mais infraestrutura e de vantagens diversas.

É justamente nesse aspecto que reforçamos o argumento de que Alagoas continua reproduzindo as mesmas relações produtivas e de trabalho muito similares aquelas de séculos passados. Os pequenos produtores não têm a mínima condição de competir com o latifúndio, desta forma, predomina a velha relação de dependência da pequena para com a grande propriedade. Ademais, é importante lembrar que a elite do açúcar sempre esteve na gestão política do estado, tal fato foi crucial para as benesses concedidas ao setor sucroalcooleiro historicamente.

Gomes (2011) reforça que a distorção distributiva do fator terra também contribui fortemente para a desigualdade de renda. Com uma economia pouco dinamizada, em função dos esforços políticos e econômicos centrados na cana de açúcar, é de se esperar que haja impedimentos para a adoção de atividades alternativas ou ampliação e fortalecimento da agricultura familiar, fatores tão importantes para inclusão social e promoção do dinamismo econômico.

As relações de trabalho no setor sucroalcooleiro são bastante precárias, com baixa remuneração. Além do mais, é uma atividade geradora de emprego com forte dependência sazonal, desta forma, à proporção que encerra-se a safra, um grande contingente de trabalhadores é desligado. Como resultado, uma parcela desses trabalhadores ociosos emigram para outros estados da federação em busca de novos postos de trabalho, enquanto que outra parte tende para informalidade. Esse ciclo se repete ano após ano, há muito tempo sem, no entretanto, haver ações concretas que propusessem mudanças efetivas em tal configuração.

Nessa perspectiva, a concentração fundiária e o baixo rendimento da agricultura familiar, são fatores preponderantes para explicar o quadro de pobreza e atraso socioeconômico da economia alagoana (GOMES, 2014).

De acordo com a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG (2016) a experiência alagoana com reforma agrária, mesmo tendo coberto 149.519 mil hectares e garantindo o assentamento de 16.142 mil famílias, foi insuficiente no sentido de transformar de maneira efetiva o mundo rural em Alagoas. A explicação para isso, conforme ensina Carvalho (2008, p. 23) é que o processo da reforma agraria empreendido no caso alagoano “(...) ainda não criou um espaço significativo capaz de servir de alternativa ao modelo agrário tradicional, seguindo os exemplos dos modelos agrícolas da região de Arapiraca, Santana do Mundaú ou da Cooperativa Pindorama”.

**CONCLUSÃO**

Diante de tudo que foi exposto, é perceptível que o estado de Alagoas permanece reproduzindo os traços de seu processo de formação histórica, quer dizer, a concentração fundiária e a atenção quase que exclusiva ao setor sucroalcooleiro.

As consequências de se manter uma economia com essa estrutura dependente de modo expressivo de um único setor produtivo, acarreta em distúrbios e insegurança econômica para o estado. Em outros termos,a flutuação da economia ocorre sobremaneira amarrada ao desempenho do setor que é alvo dos esforços políticos e econômicos. O estado fica praticamente de mãos atadas no que diz respeito a resolução dos problemas que emergem dessa estrutura ineficiente.

 O estado de Alagoas se formou com grandes desigualdades sociais, sendo estas materializadas na presença de benefícios que só atingem uma pequena parte da população, deixando que os demais, a maior parte,subordinados a grande propriedade, sem perspectiva de mudanças no padrão de vida. As ações políticas no sentido de lidar com a questão agrária, quando ocorrem, tem sido pouco efetivas em termos de mudanças estruturais.

 Nesse sentido, fica evidente que as ações que buscam por mudanças efetivas na estrutura socioeconômica de Alagoas, deve necessariamente atentar para a questão agraria. Portanto, medidas como a intensificação de políticas de acesso à terra e ao crédito para custeio e investimentos, bem como a ampliação da assistência técnica e fortalecimento da agricultura familiar, são possíveis alternativas para criar um ambiente mais dinâmico e mais inclusivo.

**REFERÊNCIAS**

1.ALAGOAS. **Estudo sobre a Agricultura Familiar em Alagoas**. – Maceió: SEPLAG, 2016.

2.CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. – 3. ed. rev. e ampl. –Maceió: EDUFAL, 2008.

3.GOMES, F. G. **A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional**. Revista economia política do desenvolvimento, v. 4, n. 10, p. 151-186, 2011.

4.GOMES F. G. **A Propriedade da Terra em Alagoas**. Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/blog/fabio-guedes/246164/2014/05/02/a-propriedade-da-terra-em-alagoas>. Acesso em: 11 de junho 2017;

5.JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. – 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

6.LESSA, Golbery. **A questão agrária em Alagoas**. Disponível em: <http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/08/artigo-questao-agraria-em-alagoas.html>. Acesso em 11 de junho de 2017;

7.LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. - Maceió: EDUFAL, 2007.

8.SOUZA, Dílson Renan. **Reforma Agrária: as experiências em Alagoas (1980-2000)**. - Maceió. EDUFAL, 2001.